

MEMÓRIA E MISSÃO: O PAIZ E GAZETA NACIONAL. IMPrensa DO RIO DE JANEIRO (1884-1888)

Andréa Santos da Silva Pessanha¹

Resumo: Os jornais constituem, na qualidade de objeto ou fonte de estudo, um campo especial para a análise da sociedade brasileira do século XIX. Este artigo aborda quais representações sobre os jornalistas, sobre a imprensa e sobre seu papel foram difundidas pelos periódicos *O Paiz* e *Gazeta Nacional*, ligados aos grupos republicanos da Corte. O recorte cronológico corresponde à efervescência do movimento abolicionista no Rio de Janeiro, ou seja, justamente a fase em que a imprensa assumiu função central na realização da campanha, projetando para a esfera pública as discussões políticas referentes ao fim do trabalho escravo e à crise do regime monárquico.

Palavras-chave: imprensa; memória; missão jornalística; Corte

Abstract: Newspapers constitute, featuring as object or font of study, a special field for the XIX century Brazilian society analysis. This study intends to show which representations about journalists, the press and its role were spread through the papers *O Paiz* and *Gazeta Nacional*, linked to the Court republican groups. Chronologically speaking, the paper covers the effervescence of the abolitionist movement in Rio de Janeiro, I mean, exactly the period when press plays the central role on the making of the campaign, bringing the political discussing about the end of slave labor and the crisis of the monarchic system to the public circle.

Keywords: press; memory; journalistic mission; court

O jornal é objeto e fonte privilegiada no trabalho dos historiadores, sendo muito utilizado por aqueles que se dedicam à pesquisa sobre o século XIX brasileiro. Ele propicia aos estudiosos uma fecunda aproximação com o pensamento de uma época, pois podem observar quais temas foram discutidos, como foram apresentados, com que frequência apareceram, as polêmicas entre periódicos de jornalistas, proprietários e público alvo distintos. A atração que as folhas exercem sobre os pesquisadores está muito ligada a seu caráter sequencial, possibilitando um acompanhamento diário dos assuntos, dos enfoques e de tendências que atravessam as diversas seções. Este artigo está estruturado em dois momentos. No primeiro, trataremos de questões que envolvem a utilização dos jornais pelos historiadores. Objetivamos explicitar como entendemos as possibilidades de uso deste canal de comunicação em pesquisa historiográfica. Na segunda parte, abordaremos como no período de efervescência do movimento abolicionista e de crescimento dos grupos

¹ Coordenadora do curso de História e professora de História do Brasil Império da UNIABEU. E-mail: ajwpessanha@uol.com.br. Este artigo foi elaborado a partir do primeiro capítulo de minha tese de doutorado intitulada “*O Paiz* e a *Gazeta Nacional*. Imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

republicanos, os jornais *O Paiz* e *Gazeta Nacional*, ligados a lideranças republicanas, construíram a imagem dos jornalistas e a da imprensa na cidade do Rio de Janeiro.

Jornais e a (re)construção do fato

Marco Morel e Mariana Barros apresentam três distinções de como a imprensa vem sendo tratada pela historiografia, quer seja como objeto de estudo ou como fonte documental: na tradição historicista, a imprensa é abordada como reprodutora autêntica de acontecimentos, de verdades cristalizadas através do impresso; na concepção marxista, predominante nos anos 1960 e 1970, é entendida a partir dos conceitos de ideologia e superestrutura, e “*passou a ser relegada a uma condição subalterna, pois seria apenas ‘reflexo’ superficial de idéias que, por sua vez, eram subordinadas estritamente a uma infra-estrutura socioeconômica*”; com as contribuições da Nova História, foi revitalizada como documento e objeto. Esta tendência tem por prática “*verificar como os meios de comunicação impressos interagem na complexidade de um contexto*” (2004: 8-9).

É considerando a última abordagem que os periódicos são tratados aqui. Os discursos não são entendidos como reprodutores fiéis da realidade ou mero reflexo do processo de dominação ideológica². Os artigos, as imagens, os folhetins veiculados não foram expressão da verdade de uma época ou um canal imparcial e unilateral de transmissão de informação (SCHWARCZ, 1987: 17). Os textos difundidos nos periódicos fazem parte de um movimento dialético com o contexto sócio-histórico.

O jornal é uma sucessão de números que fazem parte de uma coleção. Cada unidade é autônoma (a rigor, para ler o jornal de domingo, não preciso necessariamente ler o de sábado), porém mantém sua identidade a partir do nome do jornal. Ao mesmo tempo em que o diferencia dos demais em circulação, criando a alteridade, o nome tem a função de estabelecer a articulação entre os exemplares de uma dada coleção. Desta forma, apesar da independência entre as edições, existem marcas que atravessam o conjunto, quer sejam os logotipos, os anunciantes (e seus interesses), o estilo da redação, a exploração maior ou menor das imagens, a linguagem mais voltada para o público em geral ou segmento específico (MOUILLAUD, 2002: 85-98). Tais traços revelam características dos proprietários, redatores, anunciantes e estão intimamente ligados aos leitores potenciais destes periódicos.

² Assim, concordamos com a análise de Jesús Matin-Barbero (2003: 33): “[...]Lenta mas irreversivelmente viemos aprendendo que o discurso não é um mero instrumento passivo na construção do sentido que tomam os processos sociais, as estruturas econômicas ou os conflitos políticos [...] Historicizar os termos em que se formulam os debates é já uma forma de acesso aos combates, aos conflitos e lutas que atravessam os discursos e as coisas. Daí que nossa leitura será sempre transversal: mais que perseguir a coerência de cada *concepção* (grifo no original), questionará o movimento que a constitui em *posição* (grifo no original)”.

Deste modo, mesmo que o pesquisador não realize o acompanhamento sistemático de todos os números dos periódicos, o sentido, as marcas que envolvem o jornal são reconhecidos na medida em que cada número é entendido como parte de uma coleção, parte de um conjunto.

A partir dos envolvidos na produção são criadas expectativas. Considerando as características do editorial, é firmado um tipo de pacto implícito com o leitor. Muito embora os exemplares sejam autônomos, os leitores e os demais jornais em circulação esperam uma forma específica de criar e exibir a notícia, o fato. Quando este acordo é quebrado, o público sente a mudança na linha de análise, dependendo do nível de alteração da abordagem, chega a ter um tom de traição, e é um momento em que as queixas aparecem nas redações (MOUILLAUD, 2002: 87).

A opção pela compra de um jornal liga-se à expectativa criada em torno de sua linha. Desta forma, os leitores de *O Paiz* ou da *Gazeta Nacional* esperavam uma determinada maneira de apresentar as questões polêmicas, envolvendo república e abolição, por exemplo, e até mesmo tinham um horizonte das possíveis querelas travadas com outros periódicos, por exemplo com *O Brazil*, ligado ao Partido Conservador.

De acordo com as formulações de Robert Darton, sobre o trabalho com a palavra impressa, o sentido de um texto não está fechado em suas páginas. É preciso pensá-lo a partir de um circuito de comunicação que passa pelo autor, impressor, distribuidor, vendedor e leitor (DARTON, 1990: 109-131). Assim, são questões que devem nortear a pesquisa: quem são os jornalistas? Quais estratégias de convencimento e de atração são utilizadas no discurso? Como é a relação entre o texto e seu suporte (materialidade do papel, seu formato, sua diagramação)? Como ocorre a divulgação e distribuição das folhas? E, por fim, como o texto é interpretado (reescrito) no momento da leitura? (MOUILLAUD, 2002: 29-35).

Na análise dos discursos dos jornais *O Paiz* e *Gazeta Nacional* não reconstruiremos toda trajetória ou todo circuito de comunicação dos periódicos no final do século XIX brasileiro. Contudo, é importante inseri-los em um movimento maior que é a própria história da imprensa. Assim, não devemos pensar os periódicos somente olhando para os próprios periódicos. Para o estudo ora desenvolvido, portanto, é crucial pensar na relação autor-leitor-texto-contexto.

No estudo das narrativas presentes nos jornais, o conteúdo da mensagem, ou seja, o dito, é tão importante quanto o modo de escrever e o que poderia também ter sido escrito em tal realidade sócio-histórica. Esta postura de investigação busca o entendimento da “sobrecarga” de significados dos textos, dos silêncios significativos neles contidos (SCHWARCZ, 1987: 16-17).

A título de exemplo, podemos fazer uma interpretação da imagem de neutralidade que *O Paiz* procurava criar. Em polêmica com o jornal *O Brazil* (que se aproximava do Partido Conservador), Quintino Bocaiúva, redator de *O Paiz*, afirmou: “*Quaisquer que sejam as opiniões políticas do redator de O Paiz, ele saberá manter-se na arena tranqüilo e desassombrado, onde não tumultuam os interesses partidários*” (11/10/1884: 1). O jornalista acreditava, ou melhor, queria defender que o autor poderia despir-se de toda sua trajetória no Partido Republicano e escrever artigos completamente neutros. Esta construção discursiva reforçava a intenção de busca de isenção partidária de *O Paiz*. Contudo, mesmo que Bocaiúva procurasse uma escrita imparcial, sua vivência política marcaria seus textos.

A insistência de Bocaiúva na imparcialidade deve ser entendida a partir do diálogo estabelecido com o redator do jornal *O Brazil*, que também fazia parte do público do jornalista republicano. Era na intenção de aumentar a credibilidade de seus textos para seu interlocutor que Bocaiúva sustentava a neutralidade partidária. *O Paiz* procurava cristalizar que tinha compromisso somente com a verdade, independente dos interesses envolvidos. Assim, o sentido desta defesa da isenção deve ser pensado a partir da polêmica com *O Brazil*. Em outras ocasiões, o próprio Bocaiúva fazia questão de buscar sua trajetória pessoal e seu círculo político para oferecer legitimidade à fala, não querendo aparentar neutralidade, pois eram suas experiências individuais que corroboravam o discurso.

A argumentação de Michel Certeau sobre a lógica dialética dos textos impressos é muito pertinente para esta discussão (1994: 226). O início da elaboração da escrita é o momento em que se manifestam as influências sofridas pelo autor. É o que Certeau chama de “recebido”. O desenrolar do texto tem por resultado o produto, pois correspondem às elaborações, combinações do autor. Portanto, a produção textual consiste em uma relação constante e dinâmica entre passividade (tradição, cultura, o “recebido” pelo autor) e a capacidade criativa que se revela nas marcas que o escritor confere a seu produto.

Um discurso corresponde a uma fala (localizada no tempo e no espaço) para um ouvinte potencial (também localizado no tempo e no espaço). Este pode não ter nome e sobrenome, mas possui um perfil socioeconômico, escolar e cultural que influencia o momento da produção, e quando o texto chega a seus olhos (ou a seus ouvidos), uma interpretação/reescrita é realizada.

Autor e leitor são interlocutores³. Pensar no sentido de uma obra, de um jornal, é tornar ativo os dois pólos da comunicação. É necessário ultrapassar a condição de autor

³ De acordo com Marco Morel e Mariana Barros (2004:34): “[...]A relação entre redatores e leitores encontra-se invariavelmente marcada por um jogo de imagens: espelho e miragem. Espelho onde se projetam e se definem posições e identidades a partir das próprias referências. Miragem em meio a qual se buscam, às vezes em vão, um público e uma opinião que só existem nas aspirações de quem lê ou escreve.”

sujeito e receptor como passivo, simplesmente depositário das ideias. No momento da redação, o autor leva em consideração as condições possíveis de leitura⁴.

As condições de leitura dos receptores destes jornais republicanos foram compartilhadas pelos autores dos artigos. Conforme ressalta Roger Chartier, o texto chega às mãos do leitor (ou aos ouvidos) em uma circunstância específica, em um momento específico que influencia o “investimento afetivo e intelectual” feito na hora da leitura (1990: 70).

Escrever e ler sobre a fuga de cativos no início da década de oitenta do oitocentos, por exemplo, foi bem diferente de abordar este tema a partir de meados da mesma década, quando existia um quadro intenso de resistência, de estratégias de lutas dos escravos pela conquista da liberdade e uma opinião pública favorável à abolição. Em artigo sobre a fuga de escravos de fazendas paulistas, o jornal *Gazeta Nacional* utilizou a expressão “*essa gente que fugiu em busca da liberdade*”(04/12/1887: 1). A maneira de abordar foi indicativa de um certo entendimento dos gestos dos cativos: eles não eram simplesmente criminosos fugitivos, eram pessoas que lutavam pela dignidade humana concretizada na liberdade.

A escrita representa o campo do jogo entre locutor e destinatário (ISER, 2002:107). O primeiro pretende uma intervenção direta na percepção do leitor, uma defesa de concepções de mundo. Porém, a interpretação é a área do pressuposto, do desejável, não sendo totalmente acessível à consciência do emissor. O texto possui seus vazios, que somente serão preenchidos no momento da leitura: momento da resposta. Assim, no circuito de comunicação estes dois momentos são distintos, articulados e ativos. O autor objetiva convencer, normatizar, mas seu produto tem as marcas do público potencial. Muito embora existam leituras preferenciais, estas podem tomar outro sentido. A resposta pode ocorrer no momento do contato com o texto ou futuramente quando associações, ações, sentimentos são, muitas vezes, estimulados em razão de leituras pretéritas.

A análise de narrativas, forma que utilizamos para dar tratamento aos jornais, consiste na busca de desconstrução de enunciados com o intuito de desvendar o dito e o interdito, o explícito e o implícito e seus significados. Ela deve ter por base as condições de produção (sujeitos sociais e contextos históricos), as condições de leitura (que envolvem também sujeitos sociais) e a realidade com a qual interagem⁵. Estudiosos da comunicação defendem que não é possível pensar em “emissores-dominadores e receptores-dominados” (MARTIN-BARBERO, 2003), pois este esquema não corresponde ao processo de

⁴ Para Karlheinz Stierle (2002: 128): “[...] A comunicação pragmática funciona apenas porque produtor consegue imaginar o papel do receptor e vice-versa. Mas se pressupõe que ambos os papéis participam de um esquema de ação preexistente, habitual ou institucionalmente estabilizado, que condiciona a possibilidade de ambas as posições e de sua dialética. [...] O sujeito da produção e o sujeito da recepção não são pensáveis como sujeitos isolados, mas apenas como social e culturalmente mediados, como sujeitos transsubjetivos”.

⁵ Em Roger Chartier (1988:61), encontramos a seguinte formulação “Concebidos como um espaço aberto a múltiplas leituras, os textos (e também todas as categorias de imagem) não podem, então ser apreendidos nem como objetos cuja a distribuição bastaria identificar nem como entidades cujo significado se colocaria em termos universais, mas preso na rede contraditória das utilizações que os constituíram historicamente”.

comunicação verbal. Ao receber um discurso, um leitor, um ouvinte tem uma atitude ativa: “*ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude de ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso*” (BAKHTIN, 1997: 290).

Um discurso proferido nunca é de primeira ordem, pois faz parte de uma rede de comunicação. Além do mais, locutores e destinatários compartilham representações preexistentes. Em consonância com Mikhail Bakhtin, “*cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados*” (1997:291), assim, uma fala é significativa para o outro porque corresponde também a uma resposta. O discurso – por mais inovador, mais polêmico que seja – está em consonância com os horizontes dos envolvidos. Ele não rompe um silêncio eterno e sim faz parte de uma cadeia de comunicação.

Neste artigo, centramos a análise no discurso-fala, contudo isto não implica em excluir o receptor, pois os periódicos dialogavam entre si e a elaboração de seus textos passava pelo conhecimento das possibilidades de leitura de seus públicos. Ao mesmo tempo, os autores dos artigos eram também leitores das demais folhas. Estes jornalistas dialogavam intensamente, interferindo de maneira direta nas publicações de seus concorrentes.

Os textos dos periódicos republicanos dialogavam com jornais de cunho monárquicos, como nesta passagem de *O Paiz*: “*Tem pois, o Brazil, jornal conservador, embaído os seus leitores apregoando a necessidade da escravidão tal como está em bem da lavoura*” (02/10/1884: 1).

No período, era comum um jornal reproduzir texto de outro com quem estabelecia linhas de afinidade. Buscavam-se trechos de folhas em circulação para reforçar, para dar maior legitimidade aos argumentos. Os jornalistas eram, evidentemente, autores e público alvo, conforme evidenciava a *Gazeta Nacional*:

Contestando a proposição injusta e de todo o ponto inexacta de que os escravos fogem ao trabalho em procura da vida errante, cruzando as estradas em ociosa vagabundagem, como o governo manda apregoar por seus esforçados defensores, dissemos que longe de ser assim, tem causado surpresa e pasmo o espírito de ordem por eles manifestados.
A *Província de São Paulo*, com o critério e a segurança de vistas que todos lhe reconhecem, escreve em seu número de 20 do corrente, o editorial que abaixo transcrevemos e que é a completa e cabal confirmação de nossas afirmações (23/10/1887: 1).

O jornal *O Paiz*, logo em seus primeiros meses, com o sugestivo nome de artigo “Entendamo-nos”, desenvolveu de forma irônica um cenário de polêmicas entre redatores dos periódicos. O contexto de cisões entre república e abolição favoreceu a constituição de um quadro de debate direto entre os jornais, dependendo das tendências de seus proprietários e redatores:

Temos o dever de supor que muito mal nos exprimimos, para tão mal havermos sido compreendidos pelo nosso ilustrado colega da *Folha Nova*. Assim como qualquer outro vivente, somos muitos capazes de dizer algum despropósito; mas, quando isso aconteça, o nosso colega pode logo salvar a nossa intenção, castigando a nossa ignorância (14/03/1885: 1).

Em meio a essas divergências entre jornais, Pinheiro Machado em artigo publicado em *O Paiz*, afirmava que por conta da variedade dos jornais em circulação, as folhas diante do público “[...] procuram de todos os modos enganá-lo em política, impingindo-lhe cada um de seus clientes como heróis e pintando-lhe o cliente do vizinho como um bandido” (03/10/1884: 1).

Era comum um artigo caracterizar-se como resposta à redação de um outro jornal. Os debates entre jornalistas sobre o processo de abolição da escravatura, as discussões sobre a Lei dos Sexagenários, por exemplo, eram motivos de publicações por vezes inflamadas. O autor e o leitor não podem ser pensados separadamente, como nesta passagem:

Se com o artigo que ontem escrevemos, nada mais houvésemos conseguido do que atrair para esta questão da sorte da lavoura o espírito desafrontado do nosso ilustrado colega da *Gazeta da Tarde*, já houvésemos prestado, no nosso conceito, um bom serviço (*O Paiz*, 01/04/1885:1).

Este tipo de relação entre autores e leitores dos jornais era explicitada quando a publicação de um artigo estimulava a produção de uma matéria em outro jornal. Como exemplo deste intercâmbio, *O Paiz* publicava:

Devemos resposta ao ilustre escritor que, nas colunas do *Jornal do Comércio*, trouxe ontem em consideração o que dissemos a respeito da catequese.

As preciosas informações que lemos, no artigo que motiva esta resposta, sem dúvida alguma provam que não tem sido inteiramente descurado o serviço da catequese (02/11/1884: 1).

Como podemos constatar através das publicações de *O Paiz* e da *Gazeta Nacional*, o diálogo entre os jornalistas foi uma característica da forma de se produzir o texto na imprensa da Corte. Da mesma maneira que as polêmicas eram comuns, também era recorrente a aproximação entre folhas para marcar posições distintas de um terceiro jornal. A legitimidade poderia ser buscada na autoridade do redator com quem tinha afinidades:

Como testemunho de nosso reconhecimento, pela prova de nobre solidariedade, que oferece o nosso ilustre colega da *Gazeta da Tarde*, aqui transcrevemos as suas generosas palavras, com referência a pessoa do redator desta folha e da questão em que fizeram parte:

‘Respondendo a uma insinuação que lhe dirigiu o Sr. Cesário Alvim, presidente da província do Rio de Janeiro, o nosso honrado mestre e bom amigo – Quintino Bocaiúva – invoca nesses termos nosso testemunho’ (*O Paiz*, 13/01/1885: 1).

Artigo publicado em *O Paiz* abordava o aumento do número de periódicos em circulação na cidade do Rio de Janeiro e a mudança de comportamento por parte dos leitores, que não liam simplesmente o jornal de sua confiança e sim liam os jornais (03/10/1884: 1). O público confrontava as opiniões dos diversos redatores. Daí a importância de, neste cenário de disputa entre jornalistas, não deixar uma crítica feita por outro periódico sem resposta. Provavelmente, o comentário depreciativo seria conhecido pelo leitor em potencial do jornal.

O leitor era construído como o familiar, o próximo à redação, conhecedor das intenções e ações dos autores. Existia uma busca pela cumplicidade no momento da leitura, pela formação de uma identidade comum com o leitor, por mostrar que autor e público faziam parte de um mesmo círculo: “*Os leitores conhecem quais são os nossos sentimentos pessoais com referência aos dignos funcionários que por parte da Misericórdia superintendem o serviço funerário*” (*O Paiz*, 18/12/1884:1). O conhecer adquiria um sentido de compartilhar das mesmas apreciações, de uma visão comum ao tema, de dividir experiências.

O sentimento de familiaridade e de cumplicidade, que os periódicos buscavam construir juntos aos leitores, tinha a função de criar uma identidade, um sentido de nós, que se distinguiu de outras folhas, de outros posicionamentos frente às questões essenciais para a sociedade naquele momento.

A aproximação entre autores e público tinha, de fato, na década de oitenta uma tônica acentuada. Os leitores, comumente, iam “para as portas das redações” no aguardo de notícias de grande interesse. Os mais preocupados com a notícia tinham de saber, antes mesmo da publicação. (*O Paiz*, 16/05/1888: p.2).

Nos festejos da abolição, por exemplo, quando a Comissão Central da Imprensa organizava as comemorações, “os moradores da rua da Constituição pediram que os préstimos fizessem sua passagem por aquela rua” (17/05/1888:1), pois atenderiam a um pedido da redação de *O Paiz* de decorar “brilhantemente” suas residências. Ainda nos festejos do 13 de Maio, os operários da fábrica São Lourenço com uma banda pararam em frente à redação de *O Paiz* para saudar os jornalistas. Bocaiúva apareceu à janela para cumprimentar os populares (17/05/1888: 1).

A construção da relação jornalistas/leitores era enfatizada pela imprensa do oitocentos, sendo apresentada como uma razão para os periódicos não conseguirem fugir totalmente da publicação de querelas pessoais. Parte do público tinha gosto pelas desavenças, afirmavam. A quem imputar as responsabilidades de publicações como *A Pedido*, ao leitor ou aos redatores? Bocaiúva levantava a discussão na primeira página do jornal *O Paiz*:

Mas a quem atribuir a responsabilidade deste funesto desvio?
Aqueles que, usando da liberdade de imprensa, só a procuram para tais fins ignóbeis; ou a nós mesmos, que lhes franqueamos a publicidade, arrastados a isso pela cobiça do dinheiro e constituindo-nos, ao nosso turno, exploradores dessa indústria pornográfica?
É evidente que a nós, mais do que a eles, deve caber a merecida censura (24/01/1885: 1).

Bocaiúva continuou suas críticas aos jornalistas e aos leitores:

Seja de ordem que for a questão debatida, científica, literária ou política, desde logo prorompem as personalidades injuriosas, os doestos, as afrontas, o que tudo manifesta uma tal grosseria, uma tal falta de educação, que o público sensato, depois da leitura, tem vontade de atirar o jornal ao fogo. Daí a perversão do gosto público.
Não há interesse nem curiosidade senão pelas questões pessoais: deleitam-se os espíritos frívolos com o espetáculo(...) (24/01/1885: 1).

O jornalista, ao longo do texto, fez uma distinção entre o público dos periódicos. Para ele, existia o leitor “sensato” – do qual, evidentemente, o autor fazia parte – que discordava da presença de assuntos pessoais nos jornais e existia o público de “espírito frívolo”, que alimentava uma imprensa que não conseguia fugir de desavenças sem fundamentos. Assim, para Quintino Bocaiúva, ao abrir espaços para colunas pagas pelos leitores em geral, os proprietários e redatores corriam o risco de em nome do dinheiro ver estampadas nos jornais todo tipo de matéria.

As acusações injustificadas, a seu ver, sobre o jornalista Pedro Tavares, publicadas no *Diário Mercantil* de São Paulo, foram motivadoras deste texto de Bocaiúva em nome da dignidade da imprensa brasileira. O ofendido, segundo o redator de *O Paiz*, chegou a levar o caso para a Justiça.

Os jornais republicanos *O Paiz* e a *Gazeta Nacional* fizeram parte da história da imprensa do período. Os textos que publicaram foram expressões do “recebido” do contexto histórico dos autores; e foram também “produto” porque representaram uma releitura e uma intenção de intervir na realidade social – defendendo a república ou a abolição -, de criar comportamentos, de formar a opinião. Sendo assim, constituíam mais um “elo da cadeia complexa” que foi a comunicação através da imprensa no final do oitocentos no Rio de Janeiro.

A partir de publicações dos jornais *O Paiz* e *Gazeta Nacional*, faremos uma reflexão de como a imprensa do Rio de Janeiro, entre 1884 e 1888, construiu sua imagem e pensava seu papel na sociedade de então. Este período correspondeu ao jornalismo como “fábrica de notícias”. A forma de se fazer jornal foi marcada pelos investimentos no maquinário gráfico, nas inovações técnicas, na melhoria na qualidade do papel, que permitiram uma maior

velocidade de produção e uma exploração mais intensa das imagens que tinham a função de corroborar a escrita (SEABRA, 2002: 34-36).

Eis a missão do jornalismo

O jornal *O Paiz* foi fundado em 01 de outubro de 1884, com sede na rua do Ouvidor, número 63^o. Possuía quatro páginas. Nas duas primeiras, estavam as colunas Telegramas, Noticiário, Resenha Diária e Seção Livre. As páginas finais eram voltadas para anúncios. Quintino Bocaiúva, presidente nacional do Partido Republicano, foi seu redator até 1899. Tinha uma expressiva circulação também fora da Corte, anunciando uma tiragem de onze mil exemplares.

O Paiz apregoava uma certa neutralidade no que tange à discussão entre monarquia e república. Porém, a leitura mais atenta de seus textos e as polêmicas que travou com outros periódicos demonstraram uma aproximação com a causa republicana. A defesa da abolição da escravatura estava presente no jornal, particularmente na seção “Tópicos do Dia”, assinada por Joaquim Serra.

A *Gazeta Nacional* circulou de 03 de dezembro de 1887 a junho de 1888. Trazia por subtítulo *Órgão Republicano*, explicitando sua vinculação partidária. O valor avulso de cada exemplar era 40 réis, o mesmo preço de *O Paiz*. Com quatro páginas, era de circulação diária, não saindo somente na segunda-feira. A primeira sede foi na rua do Ourives, número 21, mudando em abril para a rua da Ajuda, número 23. As razões da mudança de endereço não foram explicitadas na folha, mas a partir de então, o jornal começou a pedir o apoio dos correligionários e da população do Rio de Janeiro. É provável que começasse a passar por dificuldade financeira. As colunas Boletim - Vida externa, Sessão Comercial, Folhetim e Carteira Política constituíram as seções permanentes, ficando, em geral, na segunda e terceira folhas. Na primeira página, estavam os artigos propriamente de divulgação da campanha abolicionista e da republicana. A última página era dedicada aos anúncios.

Nesta folha, não havia informação sobre sua tiragem. De qualquer forma, era conhecida e lida por expoentes contemporâneos ligados ao Partido Republicano. José do Patrocínio, com quem travou polêmicas, lastimou o fato dos republicanos permitirem que por problemas financeiros a *Gazeta* chegasse ao fim. O jornalista paulista Rangel Pestana recomendou a leitura do artigo da *Gazeta* sobre as comemorações do 13 de Maio e reproduziu parte de seu conteúdo. Evaristo de Moraes, escrevendo suas memórias sobre o movimento republicano em 1936, destacou a presença da folha entre os republicanos da Corte.

⁶ Em BARBOSA (2000), encontramos um estudo sobre o jornal *O Paiz*.

Os jornalistas colaboram na construção da memória, fazendo parte do jogo referente ao que deve ser lembrado e esquecido. No processo de elaboração do texto, encontra-se em questão também o que uma geração pretende que seja eternizado. A escrita possui um caráter de “*elemento básico de construção seletiva da memória que engendra, sobretudo, a questão de poder. Percebendo-a como seleção e construção, é necessário ver os agentes ou os senhores dessa operação como detentores de poder*” (BARBOSA, 2000: 64), já que fazem parte do processo de construção da memória.

O jornalismo não se limita a noticiar um fato. O significado de um texto não é simplesmente relatar o acontecido. Possui a capacidade de reconstruir o fato, criar expectativas e gerar opiniões a partir de uma visão específica. Assim, a imprensa contribui na produção do fato ao influenciar a constituição de uma opinião em torno dele.

Nenhuma publicação é absolutamente isenta. Apresentar uma narração sobre um acontecimento implica em ocultar ou preterir outras versões contemporâneas, significa atuar na esfera da construção da memória coletiva, conforme destaca Le Goff. Ter a condição de reconstruir/divulgar um fato é, portanto, um exercício de poder, é ter o privilégio de atuar para formação da própria identidade, da trajetória e das percepções de um grupo. A imprensa, por excelência, trabalha com um campo que é o foco de atenção das elites das diversas sociedades⁷.

Na imprensa do Rio de Janeiro, do final do oitocentos, a preocupação com o que devia ser lembrado (e, em consequência, esquecido) ficava explicitado inclusive nos nomes atribuídos aos artigos. Assim, por exemplo, *O Paiz* utilizou a expressão *Documentos para a História*, de outubro de 1884 a fevereiro de 1885, para artigos que abordavam o cerceamento da liberdade entre os cidadãos do Império, fazendo críticas à ordem monárquica. De forma semelhante, a *Gazeta Nacional*, ofereceu um título bem sugestivo a um artigo que tratava das razões para as revoltas dos escravos, “*Para a história da escravidão. Um documento importante*” (28/12/1887: 2).

A *Gazeta Nacional* pretendia reiterar que a futura reconstrução da história da escravidão no Brasil deveria ser realizada através dos jornais, pois estes davam publicidade aos documentos e fatos essenciais. No período próximo à Lei Áurea, existia toda uma preocupação dos homens que fizeram a imprensa com a imagem, com os documentos que ficariam difundidos sobre o processo de abolição da escravatura e seus agentes (escravos, abolicionistas, princesa Isabel, os partidos políticos).

O momento de crise do sistema escravista brasileiro e de questionamentos à ordem monárquica foi uma fase peculiar para o registro, através da imprensa, dos fatos, dos

⁷ Para Jacques Le Goff (2003: 422) “[...] Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.”

acontecimentos, de pessoas que se pretendia eternizar e como deveriam ser eternizadas. Afinal, o jornal funciona como um tipo de memória escrita de determinada época (BARBOSA, 2000: 117).

Semelhante a outros periódicos da Corte, os jornais *O Paiz* e *A Gazeta Nacional* enfatizaram em seus escritos a discussão sobre sua missão. Para que servia a imprensa no Brasil do final do XIX? A resposta a esta interrogação dava conta da imagem que os jornalistas tinham de si, da imprensa e de sua relação com a sociedade.

Os discursos abaixo foram ilustrativos desta preocupação, sendo veiculados em *O Paiz* logo em seus números iniciais:

Se para isso não servisse a imprensa para nada serviria ela.
Combater é glorioso; mas vencer quando se combate por uma causa justa e nobre, é mais glorioso ainda.
O Paiz pensa que está cumprindo o seu dever e há de preservar na atividade que assumiu.
O fato que se trata, pode aos olhos de alguns parecer insignificante, mas a nós nos parece grave.
A vítima pode ser, se assim o querem, um miserável; mas o princípio que na sua pessoa foi sacrificado é um princípio augusto. (05/12//1884: p.1)

Para isso, sem dúvida, é necessário que os jornais intervenham em todas as questões que interessam ao espírito público. (06/10/1884: p.1)

De imediato, verificamos que expressões como combate glorioso, combate por causa justa, interesse público, espírito público são temas presentes nas citações e que representavam bem as responsabilidades que a imprensa trazia para si no período.

A *Gazeta Nacional*, em 1888, publicou uma série de artigos intitulada “Missão do jornalismo”, em que discutia a responsabilidade dos periódicos com a política nacional:

Nenhum progresso é seguro na sociedade enquanto a política for o privilégio dos entes nulos que não têm o que perder e que pela habilidade da palavra, pela civilização e pelo cinismo com que usam das palavras que exprimem os nossos direitos; arrogam a si a profissão de homens políticos. Nós os que trabalhamos e que somos a parte viva da sociedade, é que temos a obrigação de criar o regime da nossa política: ela deve ser a obra de nós todos, e por isso todos nós a podemos preparar, e discutir no seu exercício.
Eis a missão do jornalismo (11/04/1888: 1).

O texto de autoria de Teófilo Braga afirmava que a “missão do jornalismo” era trazer o debate sobre o destino político do país para a esfera pública. Através da imprensa, a política não seria um campo exclusivo dos homens de Estado, seria o campo de “todo indivíduo honrado e com trabalho intelectual”.

A ideia de missão do jornalismo e do jornalista era recorrente na década de oitenta. *O Paiz* afirmava que a função da imprensa, naquele momento, era discutir os problemas da

substituição do trabalho escravo, a obrigatoriedade do ensino, a proteção às atividades industriais, a descentralização administrativa e a liberdade religiosa, apontando preferências por esta ou aquela solução:

A simples observação dos fenômenos sociais, com a completa proibição de estudá-los e criticá-los, por certo que não constitui uma missão. Espectador indiferente, apenas encarregado de arquivar fatos consumados, sem colaborar na causa comum, não pode ser por forma alguma o intuito de um jornal qualquer, por isso antes de tudo a imprensa quer dizer tribuna. Ora, a tribuna muda é coisa que ninguém jamais compreenderá. (06/10/1884: 1).

“Imprensa quer dizer tribuna”, ou seja, era o espaço privilegiado para trazer questões políticas para a esfera coletiva. Criando “uma opinião de caráter mais abstrato, fundada sobre o julgamento crítico de cada cidadão leitor e representando uma espécie de somatório das opiniões” (MOREL; BARROS, 2003: 24-25), os jornais pretendiam unificar discursos sobre as questões que defendiam.

Em razão de se obter uma opinião pública⁸ mais favorável à abolição, por exemplo, práticas políticas poderiam ser legitimadas e pressões feitas aos poderes Legislativo e Executivo. Difundia-se que a imprensa, além de trazer a política para o espaço público, acabava por ajudar a desenvolver uma espécie de sexto sentido humano:

(...) Hoje, em vistas destas incalculáveis conquistas, a existência de uma opinião pública é o resultado lógico de todos os esforços realizados na ordem social. É este o sexto sentido humano, que precisa de exprimir-se e comunicar-se: é esta necessidade que faz com que jornais apareçam, bafejados por ela, quando satisfazem seu fim (...) (*Gazeta Nacional*, 10/04/1888: 1).

O poder da opinião pública e o papel da imprensa como sua formadora, divulgadora e defensora eram pontos constantes nos periódicos do Rio de Janeiro. Para os homens que faziam os jornais no período, opinião não tinha um caráter genérico, distante, era uma entidade que através das folhas deveria interferir nas ações dos políticos:

Queremos ouvi-los e queremos que se manifestem; falando ou agindo de modo que ofereçam uma satisfação completa à sociedade brasileira escandalizada por esse atentado misterioso.

⁸ Em Marco Morel e Mariana Barros (2003: 21-22), encontramos: “A expressão ‘opinião pública’ é polissêmica – e também polêmica. Muitos a tratam como se fosse ‘coisa’, sujeito ou entidade, com vontade e movimentos próprios. Mas trata-se, antes de tudo, de palavras – poderosos instrumentos de combate (...).

Considera-se, em geral, que opinião pública remete a uma expressão que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII. Essa visão percebia no nascimento da opinião um processo pelo qual se desenvolvia uma consciência política no âmbito da esfera pública. Diante do poder absolutista, havia um público letrado que, fazendo uso da Razão, construía leis morais, abstratas e gerais, que se tornavam uma fonte de crítica ao poder e de consolidação de uma nova legitimidade política. Ou seja, a opinião com peso de influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado”.

Lembrem-se todos esses representantes dos altos poderes do Estado que acima de todos está a Lei; que acima deles está a opinião pública, perante cujo grande conselho cada um terá de responder pela parcela de responsabilidade que a cada um cabe na alta esfera de suas funções (*O Paiz*, 05/12/1884: 1).

Lopes Trovão, no jornal *O Combate*, que fundou em 1880 no Rio de Janeiro, afirmava que o dever da imprensa era protestar e ser a porta voz do povo. Suas palavras tinham um caráter de crítica à reforma eleitoral, aprovada em 1881, que estava em discussão no Parlamento naquele momento. Para ele, era uma “usurpação” do direito político do povo:

Protestar contra essa empanação indecente dos direitos políticos do povo, levantar o espírito público para que no terreno da legalidade se oponha a essa escamoteação indigna é dever que corre a imprensa patriótica, já que na tribuna popular expeliram os oradores do povo.
Afim de cumprir essa obrigação moral, discutiremos o assunto em artigos subseqüentes (11/06/1880: 1).

A partir de trechos de uma carta de leitores publicada em artigos de fundo no jornal *O Paiz*, ficou explicitado que o leitor também entendia que a função do jornal era ajudar a população na garantia das liberdades. O periódico era uma forma de questionamento ao poder público, de se fazer denúncias. A imprensa deveria ficar atenta às injustiças cometidas pelos governantes contra aqueles desprovidos de contatos que representassem proteção frente a arbitrariedades do poder público.

Em carta assinada por dois detentos e publicada pela redação de *O Paiz* alegava-se que o Chefe de Polícia de Campos cometia arbitrariedades ao prender dois homens sem qualquer motivo. Depois, sem julgamento ou averiguação, os detentos foram mandados para Minas Gerais e, de volta ao Rio de Janeiro, ficavam na Casa de Detenção de Niterói:

Sr Redator – se a missão da imprensa também é reclamar dos poderes competentes justiça em prol daqueles que sofrem injustamente, não deve V. obscurecer a exposição seguinte, por ser um fato gravíssimo contra a liberdade de dois cidadãos, que há dois longos anos se acham presos para averiguações policiais, sem que durante esse longo período tenham terminado ou pelo menos atingido a veracidade de qualquer delito que autorize tal revoltante injustiça (*O Paiz*, 07/03/1885: 1).

Esta carta foi escrita em 04 de março de 1885, sendo assinada pelos detentos Fidelis da Rocha Medrado e seu filho José Alves Alcemim Feitosa. Finalizava com um apelo direto para a intervenção da direção de *O Paiz* no caso da injustificada extração da liberdade individual de dois homens: “A V. que dirige *O Paiz*, vêm pois os abaixo assinado pedir a

intervenção de seu jornal contra tão clamorosa injustiça e, confiados no sentimentos filantrópicos e humanitários de V., suplicam a publicação desta carta” (07/03/1885: 1).

Infelizmente, através de *O Paiz*, não foi possível acompanhar o desenrolar do caso de Fidelis da Rocha Miranda e seu filho. Contudo, para os objetivos deste ponto da reflexão, se a intervenção do jornal teve resultado positivo ou não para os dois detentos possui um caráter secundário. O importante é ressaltar o papel e a imagem sobre a imprensa que o público de então constituiu, representações que eram a todo tempo alimentadas pelos homens que escreviam nos jornais.

Os jornais do Rio de Janeiro, na década de oitenta, ao mesmo tempo em que colaboravam na normatização da sociedade, procuravam, assim, desenvolver uma identidade de denunciador e reparador das injustiças cometidas. A imagem de salvador, de portador da verdade e daquele que acabaria com as iniquidades, fazia parte de como esta imprensa queria ser vista. Logo em seus números iniciais, *O Paiz* publicou um texto que avaliava a situação da imprensa no período. As ideias apresentadas confirmam esta concepção:

(...) Ameaçar com a imprensa é uma das formas mais empregadas na sociedade contemporânea. Um empregado demitido, um negociante multado, um desordeiro preso por um policial, declaram logo irritadíssimo ao que demitiu, ao que multou, ao que o prendeu: Ah! Sim! Pois vou para os jornais (03/10/1884: 1).

Ir para o jornal era uma forma de dar voz àquele que se sentia injustiçado. Era uma maneira de se fazer ouvir e a partir do constrangimento ou da opinião pública negativa exercida sobre o opressor, o quadro poderia ser revertido. Se quem se encontrava na situação de desvantagem iria ou não para os jornais é uma outra questão. Tais palavras são indicativas da força que os periódicos tinham (e têm) para a população e do poder simbólico atribuído aos mesmos⁹.

A imprensa era representada como o porto seguro para os desprovidos de relações que assegurassem prestígio, proteção no Império:

[...] imprensa, que deverá ser a protetora desvelada da liberdade, a guarda vigilante dos direitos dos cidadãos, para escarnecer das vítimas sacrificadas pelo arbítrio das autoridades e daqueles que ousam tomar a defesa dos desprotegidos e dos princípios tutelares da liberdade e da ordem pública. (*O Paiz*, 28/11/1884: 1).

⁹ Utilizo a noção de poder simbólico no sentido aplicado por Pierre Bourdieu (1989: 14): “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário”

A consciência e o dever da imprensa em promover o progresso, aprimorar culturalmente o país era sempre enfatizada, fazia parte da imagem que estes jornalistas tinham de sua ocupação, pois afinal “o jornal é a forma escrita em que o pensamento humano é mais lido e facilmente posto em circulação” (*Gazeta Nacional*, 10/04/1888: 1).

Quintino Bocaiúva escreveu para a *Gazeta Nacional* com o objetivo de saudar o novo jornal republicano e reforçou esta visão do periódico como orientador da opinião pública:

É nesta melindrosa e crítica conjuntura que surge a ‘Gazeta Nacional’.
A sua missão é árdua, mas gloriosa.
No meio da anarquia e da obscuridade, que reinam neste momento, cabe-lhe a honrosa tarefa de oferecer ao povo brasileiro um ponto estável e luminoso para onde convirjam as aspirações nacionais, orientando os espíritos e servindo-lhes de farol fixo (...) (03/12/1887: 1).

Desejando que a imprensa da Corte assumisse a causa do fim do cativeiro, em 1883, o monarquista e abolicionista André Rebouças¹⁰ atestava que “A imprensa não pode faltar a esta santa missão, e nós esperamos que em breve, a imprensa erguerá o nível moral e intelectual da nação, constituindo-se o principal agente da sua instrução, de seu engrandecimento e de sua prosperidade”(1988: 359).

Quintino Bocaiúva, em artigo intitulado *Abusos da Imprensa*, criticando aquilo que considerava os excessos deste canal de comunicação, fez a seguinte afirmação deixando por entender que era uma opinião corrente: “Diz-se, e com razão, que a imprensa é o espelho da civilização de um país” (*O Paiz*, 24/01/1885: 1). O jornalista insistia na associação jornais, civilização e desenvolvimento.

Nos anos oitenta, de acordo com os artigos publicados, uma das missões que cabia aos periódicos era ajudar, através das palavras, no desenvolvimento da nação. O jornalista deveria, antes de qualquer característica, ser um patriota e estar preocupado com o progresso do país. A *Gazeta Nacional* assim afirmava: “A primeira condição do jornalista é que arda em seu peito a sagrada chama do patriotismo, de amor aos seus conterrâneos, bem como o estímulo de ver realizado o seu empenho pela estabilidade de sua permanência” (20/04/1888, p.1).

A imagem que se constituiu do jornalista era de um lutador que sacrificava sua própria vida pessoal para colocar em primeiro plano as necessidades do país. O progresso, elemento crucial no pensamento dos intelectuais do século XIX, fundamentava os discursos. Nos artigos veiculados, em nome dos interesses da nação, qualquer outro interesse, inclusive o do próprio jornalista deveria ser secundarizado:

¹⁰ Em PESSANHA (2005), encontramos um estudo sobre pensamento e atuação abolicionistas de André Rebouças.

Não tendo por inspirar-nos mais do que a preocupação com o bem público, mais do que o desejo de cooperar por um fim nobre e generoso, de utilidade comum, é evidente que nesta colaboração espontânea, oferecida a todos quanto trabalham, como nós, na área do jornalismo, não há nem pode haver intuito pessoal, de ambição ou de egoísmo [...] (*O Paiz*, 15/11/1884: 1).

A legitimidade dos jornais era construída a partir de seus membros. Esta postura confirma que, no período, ao jornalista era concedido um poder de outorgar credibilidade aos textos e que a sua imagem também estava ligada à legitimidade das folhas. As próprias relações pessoais e a trajetória dos autores reforçavam os discursos, conferiam uma autoridade aos textos.

A responsabilidade da imprensa e dos jornalistas em ajudar a nação brasileira na trilha do progresso era destacada. Os conflitos políticos deveriam ser trazidos para a tribuna pública através dos jornais e neles serem resolvidos:

A imprensa por si só representa esse poderoso elemento de resistência contra todos os ataques diretos e indiretos à estabilidade e ao bem-estar da nação. Agindo ao mesmo tempo como força impulsiva e como força estática, ela representa ao seu conjunto a aliança dos dois elementos poderosos que são a garantia da vitalidade e da grandeza de um povo – isto é, o progresso e a justiça, a defesa da liberdade e a defesa da ordem. (*O Paiz*, 15/11/1884: 1).

A capacidade dos jornais em contribuir na formação da opinião pública deve ser vista com cautela, pois atingia um grupo bastante seletivo em razão do quadro predominantemente iletrado da população. De qualquer forma, o processo de urbanização propiciou o aumento do número de leitores e não devemos menosprezar a circulação oral das ideias, facilitada pela leitura pública.

Mesmo os iletrados tinham contato com o teor das manchetes ao serem anunciadas pelos vendedores. Os textos publicados, seguramente, chegavam, por exemplo, aos segmentos populares, incluindo os escravos, através de comentários feitos por proprietários ao estabelecerem calorosas discussões em suas residências ou nos bondes (MOREL; BARROS, 2003: 96). A importância da circulação oral das ideias dos jornais através dos vendedores também era notada pelos contemporâneos: “*O público hoje lê os jornais, o que é diferente, quer dizer, ouve essa multidão anônima de gritadores, que lhes dão sobre o mesmo assunto dez opiniões diametralmente opostas, que lhes contam os fatos de mil modos diversos*” (*O Paiz*, 03/10/1884: 2).

A circulação oral das ideias propiciaria releituras dos textos jornalísticos ao serem transmitidas a partir do entendimento de outros agentes. No período, os jornais tinham mais ouvintes que leitores, eram mais vistos que lidos (BARBOSA, 2000: 200). A rigor, predominava uma leitura de ouvido, favorecendo apropriações de segunda, terceira ordem.

Paralelo a esse quadro de difusão oral dos textos dos periódicos, as manifestações públicas com participação de jornalistas ou em redações de órgãos da imprensa fizeram com que os jornais, no início da década de oitenta, “ganhassem as ruas”. Desta forma, apesar da população ser predominantemente iletrada, os discursos jornalísticos circulavam na cidade do Rio de Janeiro (MACHADO, 1991: 17).

Foi justamente em nome de um maior alcance do número de leitores dos periódicos que o jornal *A Província de São Paulo* informava que *O Paiz* tem sido vendido na capital por 100 réis, “*tornando mais difícil o alcance das classes pobres*” (27/05/1888: 1). A redação de *O Paiz* disse que não podia intervir, pois a venda era feita por terceiros e que julgava que a remessa encaminhada para São Paulo era suficiente.

Mesmo considerando que não houvesse um interesse tão intenso das “classes pobres” e mesmo não existindo a especificação no artigo sobre quem a constituía, de qualquer forma, foi em seu nome que a reivindicação foi feita. Este fato é muito significativo em uma sociedade formalmente iletrada. A passagem demonstrou um interesse na leitura do jornal que gerou uma elevação do preço na província de São Paulo, chegando mesmo a ser citada a lei da oferta e da procura.

No final do século XIX brasileiro, os jornais da cidade do Rio de Janeiro procuravam construir uma imagem próxima da mitificação. Os autores consideravam-se responsáveis pelo progresso, promotores do desenvolvimento da sociedade através dos debates, da transmissão de informações verídicas, da reprodução de artigos científicos.

A imprensa era apresentada como espaço, por excelência, de participação política. A tribuna onde questões centrais poderiam ser debatidas por todos os cidadãos. Na dinâmica do período, a memória que se procurava construir era dos jornalistas e da imprensa como defensores da nação brasileira, atuando com imparcialidade em nome da civilização e do progresso.

Fontes

Jornal *Gazeta Nacional*

Jornal *O Combate*

Jornal *O Paiz*

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio**. Imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vícios de Leitura, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ISER, Wolfgang. O jogo do texto In: LIMA, Luiz Costa. **A literatura e o leitor**. Textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados**: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, mimeo, 1991.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

MOREL, Marco, BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder**. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOUILLAUD, Maurice. O nome do jornal. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal**. Da forma ao sentido. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal**. Da forma ao sentido. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

PESSANHA, Andréa Santos. **Da abolição da escravatura à abolição da miséria**. A vida e as idéias de André Rebouças. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

REBOUÇAS, André. **Agricultura nacional**: estudos econômicos: propaganda abolicionista e democrática. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retratos em branco e negro**: jornais e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da internet In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). **Imprensa e poder**. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

STIERLE, Karlheinz. Que significa a recepção dos textos ficcionais? In: LIMA, Luiz da Costa (org.). **A literatura e o leitor**. Textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Artigo recebido em 08/09/2010

Artigo aceito em 14/12/2010